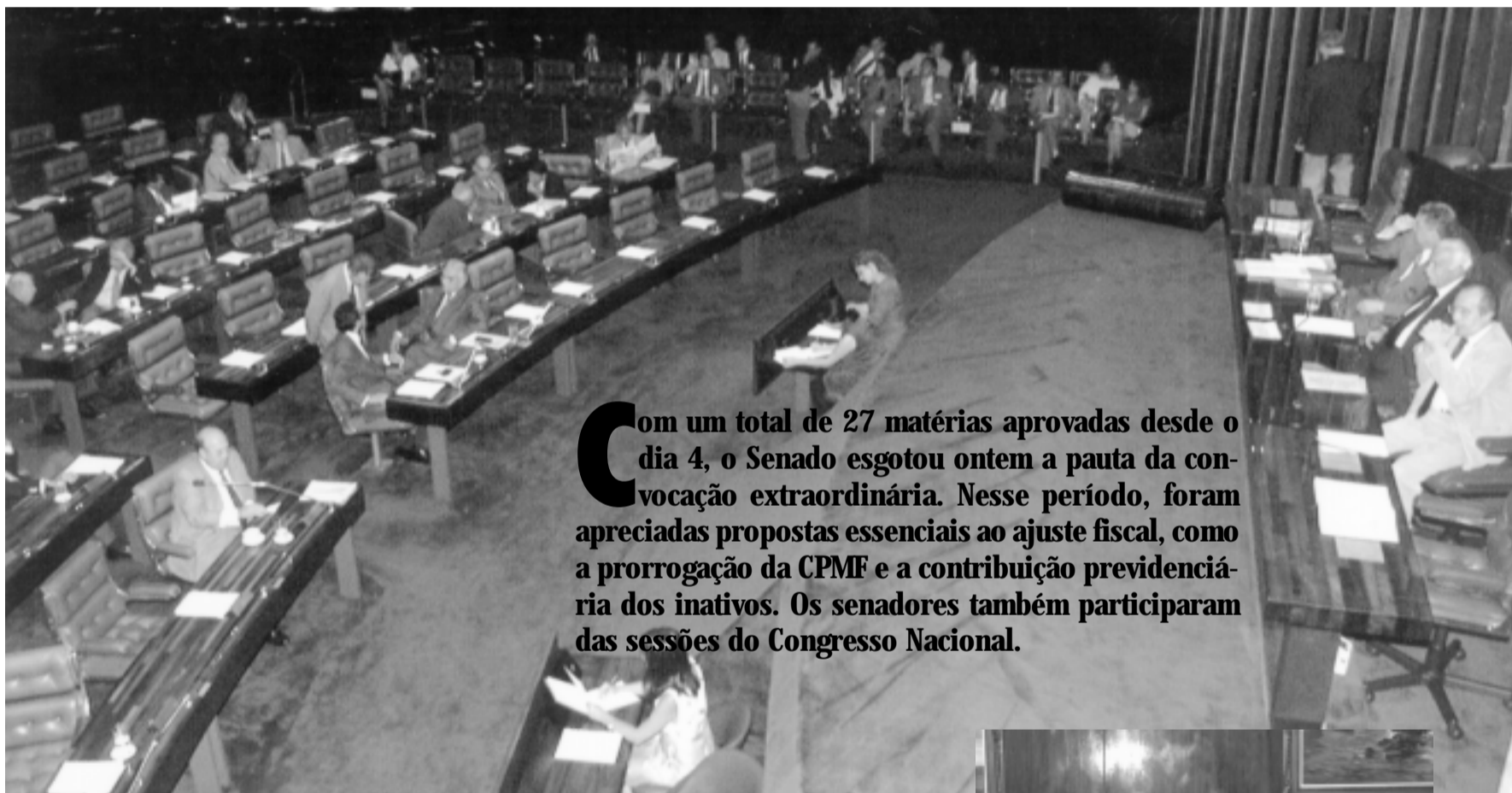


Senado cumpre toda a pauta da convocação extraordinária

Contribuição previdenciária dos inativos foi a matéria mais importante votada nesta semana. No biênio 97-98, Senado alcançou o total de 920 matérias apreciadas, das quais 736 foram aprovadas



Com um total de 27 matérias aprovadas desde o dia 4, o Senado esgotou ontem a pauta da convocação extraordinária. Nesse período, foram apreciadas propostas essenciais ao ajuste fiscal, como a prorrogação da CPMF e a contribuição previdenciária dos inativos. Os senadores também participaram das sessões do Congresso Nacional.

PÁGINA 2

CAE

Aprovado crédito para reestruturar produção

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à contratação de crédito externo destinado à reestruturação e aumento da competitividade do setor produtivo nacional. O financiamento,

a ser firmado entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), beneficiará com US\$ 1,1 bilhão o Programa Global de Financiamento Multissetorial. A matéria ainda será votada em plenário.

PÁGINA 8

Plenário aceita indicação de Lopes para BC

PÁGINA 3

Justiça Federal terá cem novas varas

PÁGINA 3



Deputado Jair Meneguelli e sindicalista Luiz Marinho foram recebidos por Antonio Carlos

Sindicalista agradece apoio de Antonio Carlos

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Marinho, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Na audiência, ele destacou as manifestações do senador em favor de um acordo que evite demissões e cancele os aumentos nos preços dos veículos.

PÁGINA 4

Senado aprovou 27 matérias na convocação

Durante o período extraordinário de trabalho, que começou no dia 4 de janeiro e termina hoje, o plenário cumpriu toda a pauta e assegurou votação de medidas essenciais ao ajuste fiscal

O Senado aprovou um total de 27 matérias durante a convocação extraordinária (de 4 a 29 de janeiro), conseguindo cumprir toda a pauta e garantindo a votação de medidas essenciais ao ajuste fiscal proposto pelo governo. Nesta última semana (de 25 a 29), o destaque foi para a votação da contribuição previdenciária para servidores inativos e pensionistas.

O balanço da convocação extraordinária registra ainda a votação da prorrogação e aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), realizada no dia 19, e cujo texto já foi enviado à Câmara dos Deputados.

Outra deliberação importante foi tomada ontem, com a confirmação da indicação feita pelo presidente da República para a presidência do Banco Central. A escolha do nome do economista Francisco Lopes já havia sido debatida pela Comissão de Assuntos Econômicos. Na mesma sessão, foi votado projeto dispondo sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau, e a prorrogação do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, que estabelece a remuneração dos servidores.

O plenário aprovou na quarta-feira projeto obrigando a inclusão do nome do componente genérico dos medicamentos nas bulas, rútu-

MATERIAS APROVADAS PELO SENADO EM 1999 (Convocação Extraordinária, de 4 a 29 de Janeiro)	
Projetos aprovados e enviados à sanção	6
Projetos aprovados e enviados à promulgação	7
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Indicações de autoridades e embaixadores	12
Total de matérias aprovadas	27
MATERIAS APRECIADAS PELO SENADO (no biênio 1997-1998)	
Emendas constitucionais enviadas à promulgação	4
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	7
Projetos aprovados e enviados à sanção	102
Projetos aprovados e enviados à Câmara	148
Projetos aprovados e enviados à promulgação	389
Escolha de autoridades e embaixadores	85
Indicação aprovada	1
Total de matérias aprovadas	736
Propostas enviadas ao Arquivo	184
Total de matérias apreciadas	920

los, embalagens e propagandas, e também seis mensagens presidenciais indicando novos embaixadores brasileiros para postos no exterior.

Outra decisão relevante tomada pelo Senado durante a convocação foi a aprovação do projeto de extinção progressiva dos manicômios. Vários acordos internacionais foram referendados pelo plenário, como os tratados sobre Transferência de Presos Condenados, assinados com o Chile e a Argentina, e a convenção sobre Bens Culturais

Furtados ou Ilicitamente Exportados.

Foi aprovado projeto dispondo sobre o ensino no Exército, ao lado de várias autorizações de operações de crédito para os estados.

Os senadores também participaram das reuniões do Congresso Nacional que aprovaram quatro medidas provisórias consideradas indispensáveis para assegurar a credibilidade do país no meio financeiro internacional, e a proposta de Orçamento da União para o ano de 1999.



Lúcio Alcântara revelou que, enquanto o Brasil teve um crescimento de 1,8% nas matrículas, o Ceará chegou a 16,7%

Alcântara elogia projeto educacional do Ceará

O projeto "Todos pela Educação de Qualidade para Todos", desenvolvido de 1995 a 1998 pelo governo Tasso Jereissati, no Ceará, foi elogiado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que destacou a determinação do governador na mobilização da sociedade para o enfrentamento da questão educacional, "sem dúvida o maior dos desafios, de agora e do próximo milênio".

Adotando entre seus princípios a autonomia escolar e a parceria com os municípios, o projeto tem como prioridades a participação da sociedade, a permanência bem sucedida na escola e a escolarização da população entre 7 e 14 anos, sem prejuízo de outros graus e modalidades de ensino.

Para implementar o projeto, informou Lúcio Alcântara, o governo do Ceará realizou dois censos escolares, em 95 e 96, promovendo, em seguida, encontros de trabalhos com prefeitos, dos quais surgiram os termos da lei de municipalização do ensino e a implantação de um sistema de redistribuição de recursos tendo por base o número de matrículas na educação básica.

A partir daí, as ações de governo garantiram um aumento nas matrículas do ensino fundamental de mais

de 12 vezes o crescimento populacional cearense em igual período, segundo o senador. Enquanto o Brasil teve um crescimento de 1,8% nas matrículas, a região Nordeste chegou a 4,6% e o Ceará a 16,7%, informou Lúcio Alcântara. Ele acrescentou que, no ano passado, o estado conseguiu universalizar o acesso ao ensino fundamental, mantendo nas escolas 97% da população entre 7 e 14 anos.

Lúcio Alcântara lembrou que a ação do governo do Ceará na área da educação foi reconhecida internacionalmente, merecendo o prêmio Criança e Paz 1996, do Unicef, o fundo para a educação das Nações Unidas. Ele citou vários outros projetos do governo do estado voltados para a educação, destinados a adolescentes que estavam fora da rede de ensino, ao aperfeiçoamento de professores e à educação de crianças, jovens e adultos em assentamentos e comunidades indígenas.

Francelino destaca prêmio a *Central do Brasil*



Para Francelino, é importante que, neste momento, o setor cultural do país mostre sua capacidade de realização

Destacando que a cultura e o talento brasileiro ganharam o olhar do mundo, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento com voto de aplauso aos realizadores do filme *Central do Brasil* pelo prêmio Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro. O senador elogiou especialmente o diretor Walter Salles, a atriz Fernanda Montenegro e o ator infantil Vinícius de Oliveira.

Para justificar sua iniciativa, Francelino citou Walter Salles, ao afirmar que "nesta época em que o

país atravessa um de seus mais difíceis momentos, é importante que o setor cultural possa mostrar a sua vitalidade, seu senso de realização". O senador observou que cultura, lazer e turismo são também mercados promissores e lucrativos, nos quais o Brasil precisa se integrar e se consolidar:

– Nestes tempos de globalização, não só as economias buscam se integrar, mas as culturas de diferentes países precisam se conhecer e se unir da melhor forma possível – disse o senador.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1999

▶ 10h - Sessão não deliberativa do Senado Federal

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clávis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Indicação de Francisco Lopes para BC é aprovada

Por 67 votos a três, além de uma abstenção, o plenário do Senado ratificou decisão tomada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos. A votação ocorreu após longo debate, que contou com a participação de dez senadores

Depois de uma longa discussão envolvendo dez senadores, o Senado aprovou ontem, com 67 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, a indicação do nome do economista Francisco Lopes para a presidência do Banco Central. O resultado da votação foi imediatamente enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ao presidente da República para que receba os governadores, antes do dia 5 de fevereiro, numa tentativa de encontrar saída para a crise brasileira. "FHC convocou muitos economistas para formar um 'Conselho de Notáveis'. Até mesmo o Maílson da Nóbrega, da 'política do arroz com feijão', foi

chamado!", surpreendeu-se.

— FHC precisa conversar com quem conhece os problemas brasileiros, como governadores, empresários, sindicalistas e até políticos, ao invés de se aconselhar com economistas 'intelectualóides', que volta e meia se tornam banqueiros. Eles não têm segurança em suas opiniões. Francisco Lopes, por exemplo, até "ontem" pensava 180 graus diferentemente do ministro Pedro Malan. Agora, no governo, passou a defender as mesmas idéias. Isso não é sério! — enfatizou.

Mesmo com tantas críticas, Simon disse que iria votar a favor da indicação de Lopes. "Se o Senado não aprovar, o país vai explodir hoje, porque não temos proposta alternativa. Nem

nos tempos do AI-5, o Congresso foi tão submisso às propostas do governo. Alguns chegam a declarar que 'fecham os olhos e votam sem ler'. Mas idéias diferentes estão surgindo como as do presidente da Argentina, que aconselha o calote, e do ex-ministro Celso Furtado, que defende a moratória."

Para o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), é hora de todos somarem esforços para debelar a crise. "Precisamos aprovar logo o nome de Francisco Lopes para o BC, dando ao governo condições de nortear a economia. O PFL permanece firme na defesa de seus princípios: retomada da produção agrícola e industrial, inflação contida, juros adequados e maior oferta de empregos", disse.

INFLAÇÃO

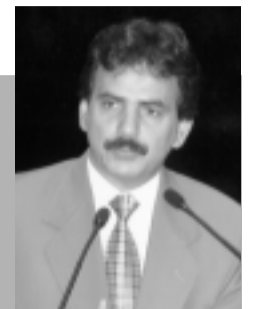
O senador Ademir Andrade (PSB-PA) declarou seu voto contrário a Lopes. "Ele e o ministro Pedro Malan ficarão pouco tempo no governo, três ou quatro meses, porque a inflação vai explodir, atingindo dois dígitos antes de 31 de março. Não posso entender como Lopes pôde garantir, na CAE, que haverá uma inflação anual de 4%. Ele se esqueceu de um fato fundamental: todas as empresas exportadoras vão regular seus preços internos pelo dólar."



Pedro Simon pediu ao presidente para ouvir os governadores



Hugo Napoleão defendeu união contra a crise



Ademir Andrade previu a volta rápida da inflação

Como relator da proposta, o senador José Fogaça (PMDB-RS) ponderou que qualquer nome no BC não poderá fazer grande diferença porque é FHC quem dita a política econômica. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) concordou com ele. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), votar a favor não implica aprovar essa política, mas apenas dar instrumentos burocráticos para o governo funcionar. "Fazemos oposição ao governo, não ao país", enfatizou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que os presidentes anteriores do BC garantiram que a política de bandas cambiais não seria mudada, e foi. "Agora Francisco Lopes promete inflação baixa e chama de 'nefasta' a possibilidade de mora-

tória. O Senado aprovou medidas como a CPMF e contribuição dos inativos, que também penalizarão os mais pobres. O governo deveria aproveitar essa boa vontade para aprovar uma reforma tributária séria, que até obrigue grandes empresas e bancos a pagarem imposto de renda."

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a política cambial equivocada e o acordo com o FMI são os motivos para seu voto contrário à indicação de Lopes. "O receituário do FMI já foi desmoralizado em vários países, entre eles a Tailândia e a Rússia. Quem garante que dará certo no Brasil?", perguntou. O senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou a ousadia de Lopes de enfrentar o centro de um terremoto e o senador Odacir Soares (PTB-RO) declarou o voto favorável de seu partido.



Fogaça lembrou que política econômica é de Fernando Henrique



Valadares propôs esforço pela reforma tributária



Dutra disse que receita do FMI foi derrotada em outros países

Justiça Federal terá 100 novas varas cíveis e de execução fiscal

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei originário da Câmara que reestrutura a Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco regiões do país mediante a criação de cem novas varas cíveis e de execução fiscal, com os respectivos cargos de juiz federal e de juiz federal substituto. Conforme o relator Francelino Pereira (PFL-MG), que emitiu parecer favorável à matéria, a reestruturação é "providência urgente e correta, no sentido de permitir a adequada prestação da Justiça no Brasil". A proposta vai à sanção presidencial.

No caso do estado do relator, Minas Gerais, no ano passado tramitavam 130 mil processos, o que correspondia à média de 7.500 por vara federal, excesso que certamente será amenizado pela implementação da proposta aprovada, afirmou.

O projeto prevê também a criação de cargos efetivos e funções comissionadas necessários ao funcionamento das novas varas, cuja instalação ficará a cargo do respectivo Tribunal Regional Federal, em locais a serem determinados pelas necessidades regionais de serviço jurisdicional.

Os tribunais regionais federais, segundo explicou o relator, também são autorizados a convocar juizes federais e respectivos substitutos, em caráter excepcional e em número equivalente ao de juizes de cada tribunal, caso o acúmulo de serviço o exija.

Na opinião do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também favorável à reestruturação, a crescente consciência de cidadania tem levado a população a buscar seus direitos junto à Justiça.

Diretor do Banco Mundial diz na TV que empréstimos dependem de aval federal

Sem o aval do governo federal, o Banco Mundial não pode fazer novos empréstimos aos estados que estão deixando de pagar as dívidas com a União. Foi o que revelou, em entrevista à TV Senado, o diretor da instituição no país, Gobind Nankani

Segundo o diretor, o banco participa do pacote de ajuda externa ao Brasil, com um empréstimo de 4,5 bilhões de dóla-

res, dos quais 1 bilhão já foram aprovados. O objetivo do banco, revela Nankani, é colaborar na implementação de programas na área social. "Também queremos contribuir para a redução dos efeitos da crise sobre os pobres", afirmou.

Atualmente, o Banco Mundial financia 70 projetos no país, sendo metade em parceria com o governo federal e metade com os governos estaduais, dos quais o

diretor destacou os projetos de reforma administrativa. "Nos estados que têm uma folha de pagamento muito alta em relação à Lei Camata é preciso que a reforma seja implementada", afirmou.

A entrevista com Gobind Nankani será transmitida neste sábado e domingo, às 18h30. O programa será reapresentado na terça-feira, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Alcântara fala sobre remédios genéricos

O projeto que obriga o uso genérico na identificação dos medicamentos, aprovado na terça-feira pelo Senado, é o assunto da entrevista que a TV Senado leva ao ar hoje — às 9h30, 12h30 e 20h30 — com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria.

Segundo Alcântara, a adoção do nome genérico atende a recomendação de organismos internacionais de saúde. Por outro lado, "representa um mecanismo privilegiado de controle e de redução de preços dos medicamentos, por garantir o direito de escolha do consumidor, ao mesmo tempo que liberta o médico do domínio das multinacionais farmacêuticas.

COMO SERÃO DISTRIBUÍDAS AS NOVAS VARAS JUDICIÁRIAS

- 1ª Região - 18 (nove de execução fiscal e nove cíveis)
- 2ª Região - 15 (oito de execução fiscal e sete cíveis)
- 3ª Região - 40 (20 de execução fiscal e 20 cíveis)
- 4ª Região - 15 (oito de execução fiscal e sete cíveis)
- 5ª Região - 12 (seis de execução fiscal e seis cíveis).



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 1999

1

Parecer nº 49, de 1999. Mensagem nº 54, de 1999 (nº 108/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República. Votaram: Sim: 67. Não: 03. Abs: 01. Total: 71

2

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de origem). Superior Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências. Parecer nº 53/99-CCJ, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável. Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados). Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

ACM prevê apoio do governo a proposta de metalúrgicos

O presidente Fernando Henrique poderá aceitar a redução de impostos para a indústria automobilística, acredita o senador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem de manhã o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Marinho. O sindicalista está em Brasília para entregar ao presidente da República proposta para um programa de estímulo à venda de carros novos e garantia de emprego no setor automobilístico nacional.

Em companhia do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), Marinho fez questão de agradecer o apoio do senador Antonio Carlos aos esforços para convencer o governo federal, o governo paulista e as montadoras da importância e da oportunidade de se estabelecer uma estratégia que contemple uma política de incentivos fiscais e cancelamento de demissões de trabalhadores e torne nulos os últimos aumentos nos preços dos veículos.

Esse programa, defendido por Luiz Marinho, "permitiria sinalizar uma retomada do desenvolvimento e um caminho para a superação das dificuldades impostas por esta crise econômica", como explicou o sindicalista.

O dirigente sindical entregou ao presidente do Senado cópia do documento dirigido ao presidente Fernando



Acompanhado pelo deputado Jair Meneguelli (E), o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Marinho, agradeceu o apoio de Antonio

Henrique Cardoso. Antonio Carlos declarou, em seguida, achar justa a proposta. "Apóio e acho que o presidente da República vai atender", afirmou à imprensa.

REFORMA POLÍTICA

O presidente do Senado reafirmou ontem o compromisso de trabalhar em 1999 pela aprovação da reforma política. Na sua avaliação, houve uma "má interpretação" em torno da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, ao não aprovar a matéria no final da atual legislatura. Para ele, o adiamento será benéfico:

— Votá-la ontem (*quarta-feira*) seria uma ficção, fingir que se adiantou, sem ter adiantado.

Antonio Carlos considera a reforma política, assim como a reforma tributária, uma das prioridades para a conclusão do ciclo nacional de reformas institucionais que o Congresso tem discutido nos últimos meses.

NOVO SENADOR

Antonio Carlos recebeu ontem o governador reeleito de Roraima, Neudo Campos, que, apesar de pertencer ao PPB, fez questão de participar da audiência que marcou o retorno do senador eleito Mozarildo Cavalcanti ao PFL, juntamente com o deputado eleito Luiz Barbosa. O novo senador elegeu-se pelo PPB de Roraima. Participaram do encontro os senadores Hugo Napoleão e Agripino Maia, ambos do PFL.

Neudo Campos destacou a importância da aliança entre o PFL e seu partido para a administração de Roraima, lembrando "o significado do retorno de Mozarildo Cavalcanti ao PFL, partido do qual foi um dos fundadores". O governador registrou, ainda, a satisfação pelo encontro com o senador Antonio Carlos Magalhães, "um líder que sempre transmite experiência política valiosa em seus contatos".



O senador eleito Mozarildo Cavalcante (E) e o governador Neudo Campos, de Roraima, foram recebidos por Antonio Carlos Magalhães

TV Senado revela as paixões de Távola

Os olhos brilham ao falar de música, de Brahms e Ravel, dos programas radiofônicos que cria e apresenta nas rádios Senado, MEC e Tupi. A sedução pela música está evidente nas expressões faciais, nos gestos e nas histórias que o escritor, comunicador e senador Artur da Távola relata ao jornalista Fernando César Mesquita, em entrevista que vai ao ar neste fim de semana na TV Senado.

Com dezoito livros publicados, o cronista, contista, poeta e ensaísta Artur da



Távola (D), com Fernando César, fala sobre música à TV Senado

Távola diz ter leitores fiéis, apesar de suas obras não serem sucesso comercial. A exceção é o livro *Do Amor – Ensaio de Enigma*, que vendeu 40 mil exemplares.

Sobre seu tema predileto, tem pelo menos quatro livros publicados: *40 anos de Bossa Nova*, *Vozes do Rio*, *Maurice Ravel*, e *Centenário da Morte de Brahms*, que trata da vida e obra do compositor clássico com quem Távola revela ter mais afinidade.

Na entrevista, ele lê um de seus poemas e conta sua atuação política em 1964, quando era um deputado estadual de oposição, e afirma: "A literatura não atrapalha a política, mas a política, às vezes, prejudica a literatura".

O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 17h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Olímpica
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: O sono - 3ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Futebol Feminino
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, João Pessoa
9h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a aprovação do projeto que obriga a impressão do nome genérico nas bulas e embalagens dos medicamentos
9h55 - Senado em Pauta
10h - Sessão plenária (ao vivo)
Logo após assista a Comissão de Assuntos Sociais (gravada em 27/01/99) - *Em destaque*: Aprovado o Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental
12h - *Cores do Brasil* - Diamantina
12h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a aprovação do projeto que obriga a impressão do nome genérico nas bulas e embalagens dos medicamentos
12h55 - Senado em Pauta
13h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
13h30 - *Consulta Marcada* - Reapresentaremos o programa sobre câncer de pele
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Serra dos Órgãos
19h - *Palestra* - Novo Paradigma da Saúde
20h30 - *Entrevista* - O senador Lúcio Alcântara fala sobre a aprovação do projeto que obriga a impressão do nome genérico nas bulas e embalagens dos medicamentos
21h - Jornal do Senado
21h15 - *Consulta Marcada* - Reapresentaremos o programa sobre câncer de pele
21h55 - Senado em Pauta
22h - *Especial* - Índios, os primeiros brasileiros
22h55 - Senado em Pauta
23h - *Consulta Marcada* - Reapresentaremos o programa sobre câncer de pele

Destaque de sábado e domingo:

11h e 17h - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista o senador Artur da Távola sobre sua produção cultural
18h30 - Entrevista com o diretor do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani
21h - Recital de Viola, com o violero Roberto Corrêa

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h00 - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
SÁBADO
10h30 - "Autores e Livros" - Em homenagem aos cem anos da morte do Visconde de Taunay, o programa traz o romance "Inocência" com a apresentação da professora Margarida Patriota
11h - "A Música Erudita" - No programa, o "Quinteto em Si Menor para Clarinete e Quarteto de Cordas - Opus 115", de Johannes Brahms. A apresentação é do Senador Artur da Távola
16h - "A Música do Brasil" - Uma nova coletânea de grandes nomes da MPB, como "Riacho do Navio", de Luiz Gonzaga e Zé Dantas e "Tintim por Tintim" de Haroldo Barbosa. A apresentação é do Senador Artur da Távola
22h - "Brahms - Vida e Obra" - No último programa da série, o segundo "Intermetto em Si Bemol Maior para Piano e Orquestra - Opus 83". A apresentação é do senador Artur da Távola
DOMINGO
11h - "A Música Erudita" (reprise)
17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

| Satélite - B1
| Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
| Polarização: Vertical
| Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
| Antena - 3,6 m LNB
| Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
| Symbol 3,2143MS-S
| SEC 3/4
| Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

| NET BSB - canal 7
| SKYNET - canal 30
| DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

| Equipamentos necessários:
| Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
| Receptor ABR 200, ComStream
| LBN DRO ComStream
| 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

| Informações técnicas:
| Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
| Satélite: Brasilsat B2
| Polarização: Vertical (RX)
| Modo: Joint-Stereo
| Taxa: 128 Kbps-BPSK
| Programação ABR:
| CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Com a posse dos novos senadores, o PMDB terá a maior bancada na Casa, seguido pelo PFL e pelo PSDB. A oposição, hoje com 12 cadeiras, passará a ter 14

Novos parlamentares tomam posse na segunda

A partir das 15h, os 27 senadores eleitos em outubro farão juramento e assumirão os mandatos que exercerão nos próximos oito anos

Tomam posse na próxima segunda-feira, às 15h, os 27 senadores eleitos em 4 de outubro para um mandato de oito anos. Logo em seguida, os senadores elegem a Mesa que dirigirá os trabalhos da Casa nos próximos dois anos. No dia 22 de fevereiro, será instalada a primeira sessão legislativa da nova legislatura.

Conforme dispõe o Regimento Interno do Senado, os novos representantes dos estados prometerão "guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Com a posse dos novos senadores, altera-se a composição partidária no Senado. Dos partidos que dão sustentação ao governo, o PMDB e o PSDB aumentaram suas bancadas. O PMDB inicia a 51ª Legislatura com a maior bancada, passando de 22 para 27 se-

nadores, enquanto os tucanos passam de 12 para 15 senadores. O PFL perde três cadeiras, ficando com 21 senadores; o PPB diminui a sua bancada de sete para dois senadores e o PTB, que tinha três senadores, fica com apenas um senador.

O Bloco Oposição terá na próxima legislatura uma bancada um pouco maior. Os opositoristas, que tinham 12 cadeiras no Senado, contarão agora com 14. Entre eles, o senador amazense Jefferson Péres, que deixou o PSDB e ingressou ontem no PDT.

Remuneração não muda até fevereiro

Projeto de decreto legislativo aprovado ontem pelo plenário do Senado prorrogou para a legislatura que se inicia no próximo dia 1º de fevereiro a vigência do decreto legislativo de 1995 que trata da remuneração dos congressistas, até que a matéria seja definitivamente regulamentada.

A decisão implica que as atuais re-

gras de pagamento e dedução das remunerações parlamentares ficam mantidas.

A prorrogação, já aprovada na Câmara dos Deputados, busca evitar uma lacuna na legislação, já que o decreto de 95 expira em 31 de janeiro, conforme justificativa da Mesa Diretora da Câmara.

Página do Senado na Internet tem quase 2.300 acessos em três dias

Em apenas três dias, a página na Internet da Secretaria de Comunicação do Senado recebeu 2.287 visitas. Destas, 1.483 destinaram-se exclusivamente aos serviços que oferecem as últimas notícias sobre o trabalho dos parlamentares. Os números obtidos foram coletados entre 25 e 28 de janeiro, a partir de programa de monitoramento, desenvolvido pela Coordenação de Projetos Especiais da secretaria. Segundo esses dados, as notícias veiculadas em "Tempo Real" receberam o maior número de visitas isoladamente, num total de 895 acessos no período.

Através do "Tempo Real", produzido pela Agência de Notícias do Senado, é pos-

sível acompanhar o andamento dos trabalhos das comissões e do plenário por meio de *flashes* permanentemente atualizados. As matérias completas sobre os assuntos ali abordados são disponibilizadas, logo em seguida, no link "Agência Hoje", que também foi um campeão de acessos, com 588 visitas.

A página da Secretaria de Comunicação é conectada no endereço www.senado.gov.br, a partir do link "Notícias do Senado". Através dela, o internauta pode, além de obter o noticiário sobre tudo que acontece na Casa, ouvir a estação de rádio do Senado, assistir à televisão e ler o que os maiores jornais do país publica-

ram sobre os senadores.

Os outros serviços oferecidos pela página também foram bem visitados: o *Jornal do Senado* foi acessado 351 vezes; a rádio, 206; a TV, 452; e o resumo do que os jornais falaram sobre os senadores, encontrado no link "Senadores na Mídia", recebeu 255 visitas.

O noticiário disponibilizado pela secretaria através dos seus vários veículos – rádio, TV, agência e jornal – tem como objetivo assegurar aos cidadãos o constante acompanhamento das atividades do Legislativo, oferecendo maior transparência às atividades do Senado e à atuação individual dos parlamentares.

Levy reitera crítica a juros altos em discurso de despedida

Ao despedir-se ontem do Senado, o senador Levy Dias (PPB-MS) afirmou que os verdadeiros produtores da riqueza nacional não têm sido devidamente respeitados e valorizados no Brasil. Ele se incluiu entre aqueles que sempre valorizaram quem trabalha, de modo especial "quem trabalha a terra, quem produz alimentos".

– Batalhei arduamente contra as altas taxas de juros, as quais dificultam maiores investimentos na produção e, conseqüentemente, impedem a geração de novos empregos – afirmou ele.

Crítico da política de juros altos do governo, o senador entende que esse mecanismo só contribuiu para levar à falência e matar quem trabalha, produz, gera empregos e paga impostos, privilegiando o ócio e a agiotagem. O senador também lembrou seu empenho pelo desenvolvimento educacional do país.

Para ele, o Brasil só será um país desenvolvido quando tiver educação de qualidade para todos e com oportunidade de acesso desde a educação infantil até o ensino superior. A opção pelo municipalismo foi também lembrada pelo parlamentar. "Sempre batalhei pelo desenvolvimento regional e

pela descentralização tanto das decisões e da aplicação dos recursos públicos quanto da execução dos programas nacionais".

Levy Dias lembrou que no exercício do seu mandato sempre defendeu os interesses de Mato Grosso do Sul, procurando levar adiante as aspirações do estado tanto no plenário quanto nas comissões, nos ministérios e em outros órgãos do Executivo. Nessa missão, sempre reivindicou obras, assessoramento técnico e verbas para Mato Grosso do Sul e para as prefeituras do estado, fossem os governantes do seu partido ou não.

"Se deixo o Senado, não abandono a vida pública", disse Levy Dias. Ele anunciou que continuará a luta político-partidária no seu estado, esperando em breve voltar ao Congresso Nacional, seja para um novo mandato, seja para rever os amigos.

O parlamentar se disse tão emocionado nessa despedida quanto no dia em que aqui chegou. Ele anunciou que essa despedida não é definitiva, mas sim "um até logo", pois, se deixa o Senado, ele não pretende deixar a vida pública. Seu objetivo é continuar na luta político-partidária no seu estado.



Para o senador Levy Dias, a atual política econômica pune quem trabalha

"Um homem de conduta exemplar", destaca Ronaldo

Presidindo a sessão plenária no momento em que o senador Levy Dias despedia-se da Casa, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) deu o seu testemunho de que ele é "um homem público de conduta exemplar, que guardou absoluta coerência ao longo dos mandatos exercidos, revelando um espírito público notável nas análises dos problemas nacionais e dos especificamente regionais".

– Vossa Excelência ganhou a admiração desta Casa pelo comportamento correto, pela conduta retilínea, na demonstração de sua absoluta sintonia com os problemas do seu estado e desta nação – afirmou Ronaldo.

Em aparte a Levy Dias, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse ter certeza de que, com 12 anos de Parlamento, ele não será esquecido pelo povo de Mato Grosso do Sul. "Tenho certeza de que a sua vida pública não se está encerrando hoje e que terá con-

tinuidade, porque jamais o povo do seu estado poderá prescindir da sua valiosa cooperação."

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) exprimiu profunda admiração pela luta política de Levy Dias. "Mais de 30 anos de mandato e Vossa Excelência, pelas propostas e pelos temas que aborda, despede-se hoje como quem procura iniciar suas atividades. Até parece um pronunciamento de chegada, de busca de soluções para o país nesses novos tempos."

Eduardo Suplicy (PT-SP) almejou que, prosseguindo em sua vida pública, Levy esteja sempre na defesa do bem comum. "Cumprimento também a bancada de Mato Grosso do Sul, incluindo Vossa Excelência, que há dez dias acompanhou o governador Zeca do PT em uma audiência com o presidente da República, numa demonstração de respeito por esse governador recém-eleito que inicia um mandato inovador."

Júlio Campos recebe as homenagens de 15 senadores ao encerrar mandato

Parlamentar destaca a proposta de proteção a testemunhas e o Plano de Gerenciamento do Pantanal como alguns dos seus principais projetos que se transformaram em leis

“Mais vale a lágrima de não ter vencido do que a vergonha de não ter lutado.” Com essa frase, o senador Júlio Campos (PFL-MT) iniciou ontem o seu discurso de despedida do Senado Federal, em alusão à sua derrota nas eleições para o governo de Mato Grosso.

Os senadores que o apartearam, porém, revelaram a convicção de que a ausência de Júlio Campos do Senado é breve, tanto por suas qualidades pessoais quanto pelo seu passado político (*ver abaixo*).

— O Senado significou para mim, antes de tudo, insubstituível processo de aprendizado cívico, pelo qual o conceito de representação parlamentar deixou de ser compreendido como mero exercício de retórica política e adquiriu a verdadeira dimensão de compromisso transformador na forma de ações sociais concretas — afirmou o senador.

Durante o discurso proferido em plenário, Júlio Campos listou os principais projetos que apresentou e as linhas centrais de atuação seguidas durante seu mandato. Ele

destacou que lutou “insistentemente” por modificações progressistas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no momento em que “o capitalismo tem promovido transformações radicais na esfera da intrincada rede das relações de trabalho”.

Entre os projetos de lei, Júlio Campos ressaltou o que cria o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, além daqueles que determinam a proteção de vítimas ou testemunhas de crimes pelo Estado e acabam com os contratos de gaveta, a fim de “restaurar a credibilidade do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”.

Todos esses projetos foram aprovados pelo Senado na última legislatura. Além dessas propostas, o Aeroporto Internacional do Galeão ganhou o nome de Tom Jobim por iniciativa de Júlio Campos.

O senador teve ainda presença marcante na administração do Senado. Ele foi primeiro-secretário da Mesa Diretora no mandato do



Campos: “Mais vale a lágrima de não ter vencido do que a vergonha de não ter lutado”

ex-presidente Humberto Lucena e segundo vice-presidente na gestão do senador José Sarney (PMDB-AP). Nesse período, Júlio Campos salientou a implantação dos projetos da TV Senado, da Rádio Senado, do *Jornal do Senado* e da Agência Senado de notícias entre suas principais iniciativas.

Os ocupantes anteriores da “cadeira número 3” da bancada de Mato Grosso, como os ex-senadores Felinto Müller e Roberto Campos, também foram citados no discurso de Júlio Campos como exemplos de ilustres homens públicos.

— Do povo e do estado de Mato Grosso guardo as mais afetivas recor-

dações e a eles dirijo meus mais sinceros agradecimentos, sobretudo quando do reconhecimento dos bons frutos do meu trabalho — acrescentou Júlio Campos.

Em nome da Mesa Diretora, o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, associou-se às homenagens ao senador. Entre as características de Júlio Campos, Antonio Carlos ressaltou a sua dedicação à defesa de Mato Grosso, “com o entusiasmo que lhe é peculiar”.

— Os verdadeiros líderes sempre retornam às atividades que deixam — concluiu o presidente do Senado, ao fim do discurso de Júlio Campos, que foi apartado por 15 senadores.



Abdias promete continuar a luta pelos direitos humanos e pelos afro-brasileiros

Abdias se despede sem dizer “adeus às armas”

“Advirto que não estou aqui dizendo adeus às armas”, afirmou o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), ao despedir-se do Senado. Ele anunciou que está apenas mudando de trincheira, pois continuará lutando pela comunidade afro-brasileira e pela causa dos direitos humanos, compromisso de toda sua vida. Nos próximos dias, ele assumirá a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro.

Abdias Nascimento disse deixar o Senado com a convicção do dever cumprido e na certeza de ter honrado o mandato que recebeu de Darcy Ribeiro, morto em 1997. Ele também acredita ter representado bem a comunidade afro-brasileira, visto que, nesses dois anos, apresentou não apenas as suas reivindicações e denúncias como também projetos elaborados para enfrentar os efeitos do racismo.

O senador agradeceu o apoio do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, em quem, segundo disse, encontrou desde o início o estímulo que facilitou sua atividade parlamentar. “Que as bênçãos de nossos orixás do panteão afro-baiano possam continuar a iluminá-lo na condução desta Casa, ajudando-o a superar os obstáculos desta hora de incertezas que o país atravessa”, disse.

Também agradeceu aos colegas de Senado com quem conviveu numa tarefa que, em sua opinião, se torna frustrante para um ativista portador dos reclamos de um segmento secularmente excluído. Entre outros senadores citados em seu discurso, expressou gratidão ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), cujo relatório permitiu sobrevida ao projeto que instituiu ação compensatória aos afro-brasileiros pelos 500 anos de exploração e racismo.

Abdias afirmou que deixa o Senado traumatizado, não com seus colegas, mas com a sistemática de funcionamento do Parlamento, que dificulta o fluxo das idéias corporificadas em projetos de lei e, sobretudo, a concretização de iniciativas. Ele disse esperar que, num futuro próximo, essa prática seja alterada, de modo a tornar mais rápida a concretização dos anseios do povo.

Apartes destacam a passagem pelo Congresso

Durante o seu pronunciamento de despedida, o senador Júlio Campos ouviu reiterados apelos para permanecer na vida pública. Ele foi apartado pelos seguintes senadores:

EDISON LOBÃO

“Júlio Campos marcou sua passagem pela Primeira-Secretaria do Senado com um trabalho admirável, assim como o fez no governo de seu estado. É uma das maiores expressões do nosso partido. Continue na vida pública. Assim, estará ajudando a nação.”

JOSAPHAT MARINHO

“Vossa Excelência sempre foi um grande companheiro no plenário e prestou relevantes serviços para o bom cumprimento de nossos mandatos. Sou um admirador da disposição com que sempre defendeu o seu estado.”

JOÃO ROCHA

“O senador-amigo é um homem bem-sucedido na área de comunicação no Centro-Oeste e tenho certeza de que sua despedida é temporária. O Senado sente muito essa breve despedida pelos relevantes serviços que prestou à Casa.”

MARLUCE PINTO

“Consideramos a sua despedida como um até breve. Os mato-grossenses, pelo seu passado, devem trazê-lo de volta. Tive o privilégio de conviver contigo pela tua alegria e tua disposição de sempre ajudar os colegas do Senado.”

JEFFERSON PÉRES

“Vossa Excelência pode ir tranquilo por quatro anos, pois provavelmente voltará aqui após esse período. Fui testemunha atenta em plenária de sua assiduidade na tribuna, de onde nunca se furtou de debater os grandes temas nacionais.”

RAMEZ TEBET

“Foi no Senado que estreitamos os laços de amizade que nos unem. Vossa Excelência e eu comungamos os mesmos ideais de defesa do Centro-Oeste.”

HUGO NAPOLEÃO

“Em nome do PFL, gostaria de consignar acima de tudo duas características básicas que nortearam a sua conduta: a lealdade com o país, a Casa e o PFL e a lhanza avissareira que demonstrou tantas vezes na presidência das sessões.”

LÚCIO ALCÂNTARA

“Travamos uma amizade que tem raízes que precedem a nossa entrada na vida pública, originárias que somos do antigo PSD. Lembro o discurso duro que fez sobre os riscos da reeleição. Vossa Excelência continuará uma liderança política de importância em seu estado.”



Júlio Campos

BERNARDO CABRAL

“Gostaria de ressaltar uma qualidade que ainda não foi mencionada: sua vontade determinada da conquista política. À frente da Primeira-Secretaria do Senado foi indubitavelmente um guardião da solução dos problemas dos que ali chegavam.”

GILVAM BORGES

“Esta não é uma despedida, pois tenho certeza de que, em nossas consciências e lembranças, o senador Júlio Campos sempre estará presente como o grande pregador de idéias, como o tribuno eloqüente, incisivo e objetivo.”

JÚNIA MARISE

“Tive o privilégio de conviver com Vossa Excelência na Mesa Diretora, quando soube traduzir sua sensibilidade de homem público. Tenho certeza que fará apenas um intervalo na sua vida, pois voltará a esta Casa ou ao governo de seu estado.”

CARLOS PATROCÍNIO

“Vossa Excelência sempre foi um colega e amigo sincero e leal. Na Mesa Diretora, foi fundamental para a modernização desta Casa. Tenho certeza que irá continuar trilhando os mesmos caminhos, pela redução das desigualdades regionais deste país.”

CASILDO MALDANER

“Em nome dos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Sandra Guidi (PPB-SC), gostaria de revelar que, cada vez mais, o trabalho de Vossa Excelência é conhecido em nosso estado. Nós, do Sul, não podemos deixar de registrar a nossa admiração.”

IRIS REZENDE

“Em nome da bancada de Goiás, revelo o reconhecimento do que Vossa Excelência tem representado ao seu estado e ao Centro-Oeste. Juntos, como governadores, construímos pontes para reduzir a dificuldade de encontro entre nossos povos.”

JÁDER BARBALHO

“Agradeço pelo relacionamento fraterno com que sempre nos brindou. Foi uma figura dinâmica e sempre atenta ao estado de Mato Grosso e ao cenário nacional. Disse com muita clareza o que iria acontecer com o processo da reeleição, principalmente nos estados.”

Suplicy pede informações sobre Rede Manchete

Preocupado com a situação dos funcionários da empresa, senador quer saber do ministro das Comunicações o que estabelece o contrato firmado entre a emissora e a Fundação Renascer



Jônice disse que guardará para sempre a imagem da racionalidade da ação parlamentar em meio à crise

Jônice Tristão deixa Senado elogiando equilíbrio da Casa

Em discurso de despedida que durou quase uma hora, o senador Jônice Tristão (PFL-ES) fez ontem uma análise da situação do país e de seu estado. O senador enalteceu ainda o ministro da Defesa, o senador licenciado Elcio Alvares, de quem é suplente.

O senador lembrou que assumiu pela segunda vez a suplência de Elcio Alvares (na primeira, ficou 11 meses à frente do mandato, entre fevereiro e dezembro de 1994), "num dos momentos mais delicados que já vivemos nas finanças públicas do Brasil".

— Esta é uma imagem que me ficará para sempre: em pleno torvelinho em que fomos de repente envolvidos, a ação parlamentar foi racional, a situação e a oposição cumpriram seus papéis, as lideranças e o comando das duas Casas agiram com equanimidade e o Congresso foi poupado de cenas de radicalização sempre lamentáveis — afirmou.

Jônice Tristão destacou a normalidade no panorama político, com a reeleição do presidente "em clima de paz, sem qualquer contestação, em pleito irretocável". Mas lembrou que cabe ao Congresso, agora, "alertar constantemente o Executivo sobre o quadro que percebemos em nossos estados, referente a alguns defeitos crônicos da economia que estão levando os setores produtivos ao desespero". Ressaltou, ainda, que os aumentos de impostos aprovados emergencialmente pelo Senado e pela Câmara "provocam perda de competitividade das empresas e conseqüente desaquecimento da economia".

Jônice Tristão manifestou desejo de que a "dura campanha contra a sonegação de impostos", empreendida pelo governo "sério e austero" implantado no Espírito Santo pelo ex-senador José Ignácio Ferreira, seja copiada em todo o país.

O senador fez um breve histórico da vida do ministro, advogado, jornalista, de-

putado federal, governador e senador Elcio Alvares.

— Competência, honradez, discrição, austeridade são virtudes inatas de Elcio Alvares. Temos certeza de que exercerá a nova missão com destaque e com lealdade ao presidente da República — disse.

Jônice Tristão elogiou ainda os senadores capixabas Gerson Camata (PMDB), Ricardo Santos e Luzia Toledo (PSDB), com os quais teve a oportunidade de estreitar suas relações. Destacou também o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), cujo discurso de despedida qualificou como uma "peça oratória resplandescente".

— O Congresso Nacional perde com sua saída um jurista emérito, um político sensato e coerente, que defende corajosamente os seus pontos de vista há anos, sem tergiversar — afirmou.

Vários apertes foram feitos ao discurso. Gerson Camata destacou a fundação que leva o nome de Jônice Tristão e sua atuação para resgatar a história do interior do Espírito Santo. João Rocha (PFL-TO) disse ter-se tornado um amigo do senador. Bernardo

Cabral (PFL-AM) afirmou ter acertado em ceder a Jônice sua vez de subir à tribuna, dizendo ainda que se incluía entre a legião de amigos que ele fez no Senado.

A senadora Luzia Toledo pediu que Jônice Tristão tome a frente do Conselho do Empresariado, para ajudar no desenvolvimento do estado. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou "o entusiasmo, a disposição e o dinamismo" que sempre caracterizaram o senador. Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que a Mesa do Senado se solidarizava com as homenagens tributadas a Jônice Tristão. Melo lembrou que Elcio Alvares antecipara aos senadores a grande capacidade de seu suplente, mas a seriedade e a firmeza manifestadas por ele superaram as expectativas criadas pelo titular do mandato.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) está fazendo a emissora funcionar, enquanto outros empregados, que deram seus esforços e dedicação, durante anos, à Manchete, "continuam no limbo".



Suplicy: solidariedade aos empregados da Manchete

Baseado em notícia publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o governo considera ilegal o arrendamento integral da emissora, o senador quer que o ministério informe o que está acontecendo.

Suplicy pediu a transcrição da matéria nos Anais do Senado e se manifestou preocupado e solidário com os funcionários da Manchete, que estão desde setembro sem receber seus vencimentos. Conforme o senador, com um pequeno número de funcionários, a Fundação Renascer

está fazendo a emissora funcionar, enquanto outros empregados, que deram seus esforços e dedicação, durante anos, à Manchete, "continuam no limbo".

Suplicy também apresentou requerimento para que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, preste informações sobre a Concorrência Internacional 03/97, aberta no dia 5 de janeiro de 1999, para a aquisição de equipamentos destinados ao Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Conforme o parlamentar, duas empresas estrangeiras (a Nissho Iwai do Brasil

S.A. e a Siemens Aktiengesellschaft) foram selecionadas para atender a uma das maiores aquisições de equipamentos feitas pelo MEC, estimada entre US\$ 100 milhões e US\$ 300 milhões. Enquanto isso, empresas brasileiras, entre elas a Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., foram inabilitadas sob a alegação de não atender a especificações técnicas.

O senador alega que os equipamentos objeto dessa concorrência são produzidos no Brasil. Também lembrou que, nos Estados Unidos, a lei determina que nenhuma entidade pode adquirir bens e serviços estrangeiros sem antes verificar se não podem ser supridos por empresas ou cidadãos americanos:

— Tendo em vista o elevado déficit comercial e o desaquecimento da economia, é mister que o governo estimule a indústria nacional, gerando, assim, empregos e incentivando o crescimento econômico do país — argumentou.

Mauro denuncia atentado contra vereador em GO

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou o atentado sofrido pelo presidente da Câmara de Vereadores do município goiano de Vila Propício, Florenço Dias Neves, no dia 16. Segundo o senador, a casa do vereador foi atacada por um grupo de pessoas não identificadas, depois de seguidas ameaças feitas contra ele e contra o prefeito Teodoro de Araújo:

— Vinte tiros de espingarda e de revólver calibre 38 foram disparados contra a casa e o automóvel do vereador. Um desses disparos provocou ferimentos em sua esposa, Ivanilde Gusmão Neves — informou.



Mauro Miranda

De acordo com Mauro Miranda, todos os indícios levantados até agora indicam que as motivações do crime são políticas, uma vez que as vítimas fazem parte da coligação partidária liderada pelo PMDB em Goiás. "Mesmo sendo um fato isolado, essa é uma prática que eu julgava varrida da cultura política do estado, onde temos uma tradição de convivência democrática, pacífica e respeitosa", afirmou.

O senador anunciou que, como presidente do Diretório Regional do PMDB, visitará hoje Vila Propício, junto com figuras ilustres do partido. "Vamos levar nossa solidariedade, verificar as providências que estão sendo tomadas para identificar e punir os autores e os mandantes do terror político no município, e reunir informações que possam ser levadas à Secretaria de Segurança Pública", disse o senador.



Neiva Moreira, Valadares, Sebastião Rocha e Júnia Marise cumprimentam Jefferson Péres pela filiação ao PDT

Jefferson Péres sai do PSDB e filia-se ao PDT

Em cerimônia realizada na segunda vice-presidência do Senado ontem, o senador Jefferson Péres (AM) filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), deixando o PSDB, partido pelo qual se elegeu. Apesar da mudança, o senador se disse um social-democrata, coerente com as origens de seu antigo partido, que, segundo ele, vive uma crise de identidade:

— Sou um homem de esquerda. Àqueles que tentaram impor um pensamento, a realidade se encarregou de mostrar que não é assim e que deve haver alternativas — afirmou Jefferson Péres, depois de receber o *bottom* do seu novo partido da segunda vice-presidente da Casa, senadora Júnia Marise (PDT-MG).

"Não se trata de uma filiação qualquer. O senador faz uma escolha política baseada na visão necessária para a construção de uma verdadeira democracia", afirmou Júnia, que anunciou a senadora Marina Silva (PT-AP) como a líder do Bloco Oposição a partir do dia 15.

Senadores e deputados federais de diversos partidos de oposição participaram da cerimônia. Representando o PDT, o deputado Neiva Moreira (MA) recebeu a

filiação de Jefferson Péres.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) se disse satisfeita com o ingresso de Jefferson em seu partido, "pelo que representa, pela sua ética e seriedade":

— Chegou a hora de as pessoas começarem a arrebentar as amarras que não as deixam enxergar o que está sendo feito à nossa gente. Sua presença faz com que novos horizontes sejam dados a nossos ideais — disse Emília.

A postura ética de Jefferson também foi destacada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), para quem nada pode ser levantado contra ele, que sempre mostrou uma postura independente.

Como futura líder do bloco do qual Jefferson fará parte, Marina Silva disse acreditar que a entrada do senador no PDT representa o batizado de "um convertido histórico às causas da oposição". Nesse momento, o presidente de honra do PDT, Leonel Brizola, ligou para Jefferson. Com a ligação em viva-voz, Brizola deu boas-vindas ao senador.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também participaram da cerimônia.

Sandra Guidi cobra construção de barragem

A senadora Sandra Guidi (PPB-SC) cobrou do governo federal a construção da barragem do rio São Bento, em Criciúma. Ela argumentou que a obra é fundamental para a recuperação econômica, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região sul do estado de Santa Catarina.

— O projeto situa-se em um espaço geográfico densamente povoado, formado por nove municípios que seriam diretamente beneficiados, pois a barragem traria melhorias no abastecimento de água potável e atenderia à demanda industrial e agrícola de toda a área — justificou Sandra Guidi.

Segundo a senadora, a barragem, orçada em R\$ 33 milhões, possibilitará a irrigação de 2 mil hectares de terra, ampliando a oferta de alimentos e a produtividade agrícola. Com o controle das águas, completou ela, serão protegidas árvores remanescentes da Mata Atlântica, contribuindo para a preservação da natureza.

Sandra Guidi revelou que todos os municípios próximos a Criciúma sofrem com a escassez de água, problema que ela atribui ao desperdício das indústrias existentes na região, principalmente as mineradoras de carvão.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) comprometeu-se a lutar junto com Sandra Guidi pela construção da barragem. Na sua opinião, o governo federal precisa retribuir a Santa Catarina toda a contribuição que o estado já deu no passado, sem ter recebido nada em troca.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lamentou que Sandra Guidi, que substituiu o ex-senador Esperidião Amin, estivesse deixando o Senado, mas registrou a preocupação que a senadora por Santa Catarina sempre demonstrou nas suas ações.

Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) destacou a importância do pronunciamento de Sandra Guidi, lembrando que a construção da barragem foi compromisso de campanha tanto do presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do governador catarinense Esperidião Amin. Ele prometeu continuar, no Senado, a luta da senadora pela execução da obra.



Segundo Sandra Guidi, obra é vital para a recuperação econômica do sul de SC



Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou a programação monetária do governo para o primeiro trimestre deste ano

CAE aprova empréstimo para o BNDES

Recursos, no valor de US\$ 1,1 bilhão, serão tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para ser aplicados na reestruturação do setor produtivo nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à contratação de crédito externo no valor de US\$ 1,1 bilhão para o Programa Global de Financiamento Multissetorial. O financiamento, a ser firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), servirá para a reestruturação do setor produtivo nacional, aumentando sua competitividade, segundo o relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). A matéria ainda vai ao plenário.

Segundo Arruda, o empréstimo é “bem-vindo” para o setor produtivo nesse momento, e suas condições são vantajosas, incluindo prazo de amortização de 20 anos e pagamento em 32 parcelas semestrais, sendo que a primeira vence em maio de 2003. Em seu

parecer, Arruda afirma que a operação segue as regras estabelecidas pela Resolução nº 96/98 do Senado, que impôs limites para o endividamento da União, dos estados e municípios.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que votaria a favor da matéria, mas criticou os critérios que vêm sendo adotados pelo BNDES para a aplicação de recursos nos estados. “Os investimentos do BNDES estão beneficiando os estados mais ricos”, acusou. Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou com Camata. José Eduardo Dutra (PT-SE) voltou a criticar o BNDES, informando que, além de beneficiar os estados mais ricos, destinou, em 1998, a maior parte dos recursos para as grandes e médias empresas, em detrimento das pequenas.

Arruda propôs então que a CAE convoque o presidente do BNDES, Pio Bor-

ges, para explicar aos senadores os critérios de investimento do banco. O presidente da comissão, Pedro Piva (PSDB-SP), concordou com a sugestão, que deverá ser decidida na próxima legislatura, em fevereiro.

PROGRAMAÇÃO

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), favorável à programação monetária do Executivo para o primeiro trimestre deste ano. Na programação, que é aprovada periodicamente pelo Congresso, o Executivo informa sobre indicadores econômicos gerais, como déficit fiscal, taxa de juros, índice de desemprego etc.

Nessa programação, os indicadores que chegaram ao Legislativo já sofreram alterações devido às mudanças na situação financeira nacional e internacional, o que provocou críticas de Ger-



Arruda sugeriu que Pio Borges explique na comissão os critérios de aplicação do BNDES

Comissão autoriza crédito em favor do governo do Rio

Depois de muita polêmica entre os senadores sobre a questão do endividamento interno e externo do país, a CAE aprovou parecer favorável à solicitação do governo do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 186 milhões, junto ao Banco Mundial. O empréstimo, que ainda será submetido ao plenário, é destinado ao Programa Estadual de Transportes do Rio.

A matéria foi aprovada pela maioria mas teve votos contrários dos senadores Lauro Campos (PT-DF) e Osmar Dias (PSDB-PR). O senador Ney Suassuna pediu a aprovação de seu parecer alegando que o estado, apesar

de enfrentar dificuldades, está honrando seus compromissos com o pagamento da dívida. Disse ainda que o empréstimo vai melhorar o sistema de transportes do Rio, beneficiando a população mais carente e gerando empregos.

Osmar Dias observou, no entanto, que a operação contraria as regras estabelecidas pelas resoluções do Senado que impuseram limites ao endividamento da União, dos estados e dos municípios, de nºs 69, 78 e 93.

— Não estão obedecendo às regras dessas resoluções sobre capacidade de endividamento e limites de pagamento. A dívida está impagável e nós não podemos autorizar mais dívidas para quem não



O Rio tem honrado seus compromissos, alegou Suassuna ao relatar a matéria favoravelmente

pode pagar — afirmou.

Apesar de reconhecer a importância social do empréstimo, Osmar Dias alertou para a crise financeira nacional e internacional. “A situação hoje é diferente. Vamos continuar autorizando empréstimos enquanto nosso país está vivendo esse drama?”, questionou.

Gerson Camata disse que ia se abster na votação, mas decidiu votar a favor porque acha que os recursos vão gerar empregos no Rio. O senador Francelino Pe-

reira (PFL-MG) propôs um debate no Senado sobre a aplicação das três resoluções para que os senadores possam decidir a respeito da concessão de futuros empréstimos.

Lauro Campos (PT-DF) disse que a dívida externa brasileira é de cerca de US\$ 242 bilhões. “Estou estarrecido porque ainda não acordaram para a realidade brasileira. Dívida externa gera dívida interna e não emprego. Nós estamos falidos”, afirmou.